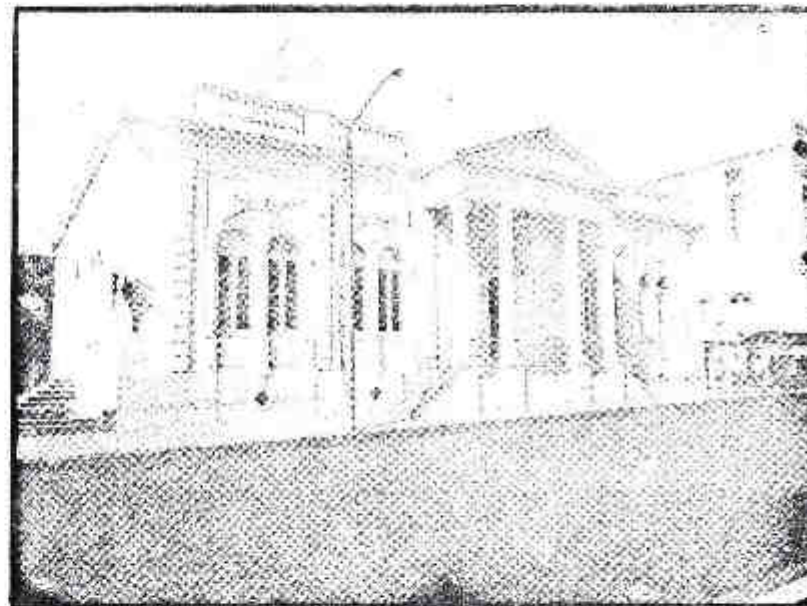


HISTÓRIA EM REVISTA



PUBLICAÇÃO DO NÚCLEO
DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA UFPel

volume 3 - novembro de 1997

ISSN: *Revista*
Número: *706* / ~~706~~
Data: *novembro / 1997*
Instituição: *N.D.H. / UFPel*



Editora e Gráfica Universitária - UFPel

HISTÓRIA EM REVISTA

VOLUME 3

NOVEMBRO DE 1997

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA



HISTÓRIA EM REVISTA

VOLUME 3

NOVEMBRO DE 1997

Pelotas
Editora da UFPEL

ANUAL

História em Revista	Pelotas	v. 3	p. 1-152	novembro/1997
---------------------	---------	------	----------	---------------

EDITORIAL

No terceiro número da *História em Revista*, publicação do Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL, buscamos fortalecê-la. Mantendo-a como um espaço que facilita a veiculação da pesquisa histórica produzida na Universidade Federal de Pelotas, procuramos também afirmá-la como um periódico na área de História em âmbito nacional, contando, assim, com a contribuição de destacados pesquisadores, como a historiadora Helga I. L. Piccolo, que gentilmente ofereceu seu artigo sobre a escravidão em Pelotas, desejando fosse publicado em uma revista científica pelotense.

A *História em Revista* se consolida ao buscar constituir um valioso instrumento de pesquisa e informação. A partir desse volume, publicamos dossiês sobre temas específicos. Por esse meio, criamos um importante instrumento para pesquisa, estudo e ensino de História, por ensejar a leitura de variegadas abordagens sobre uma mesma problemática. No presente número, temos um dossiê sobre a escravidão na zona sul do Rio Grande do Sul; para tanto, privilegiamos a publicação de artigos de autores da própria região, a fim de divulgar a pesquisa aqui realizada sobre o assunto. A temática é tratada sob diferentes enfoques: assuntos variados; metodologias e técnicas distintas; fontes históricas diversas.

Ademais, damos continuidade ao objetivo, estabelecido na elaboração do segundo número, de publicar documentação histórica de valor, inédita ou veiculada em obras antigas, raras e esgotadas, ou mesmo na imprensa de épocas muito recuadas. Assim, se no número anterior publicamos a entrevista com o ex-dirigente comunista Otávio Brandão, nesse trazemos uma tabela sobre a escravidão em Pelotas no século XIX, publicada no *Correio Mercantil* de 23.08.1884, bem como um conto do escritor pelotense Alberto Coelho da Cunha, que foi publicado em 1872, no *Partenon Literário*, quando tinha ainda seus 17 anos de idade. Nesse conto, o adolescente descreve, com as tintas da literatura, o cotidiano do escravo da charqueada, que conhecera por meio de sua vivência familiar.

Com uma visão ampla da interação da História com as demais Ciências Humanas, trazemos um artigo de Antropologia, que trata, com originalidade, de um tema de absoluta relevância para os dias de hoje, qual seja, a violência.

Então, procurando incentivar os futuros professores e historiadores que formamos em nosso Curso de História, insistimos em manter uma seção dedicada à publicação de trabalhos de conclusão de curso que se destaquem por seus méritos científicos e intelectuais, aqui representados pelo artigo sobre a gripe espanhola.

Fábio Vergara Cerqueira
Editor

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Reitoria:

Prof. Inguelore Scheuenemann de Souza

Vice-Reitor:

Prof. José Carlos da Silveira Castro

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

Prof. Nei Fernandes Lopes

Pró-Reitor de Graduação:

Prof. João Naudi Brandalise

Pró-Reitor de Extensão e Cultura:

Prof. Francisco Elifavete Xavier

Pró-Reitor Administrativo:

Prof. Paulo Roberto Soares de Pinho

Pró-Reitor de Planejamento e

Desenvolvimento:

Prof. Paulo Silveira Júnior

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: Prof. Mano Osório Magalhães

Vice-Diretor: Prof. Althon Teixeira Fink

Chefe Depto. História e Antropologia:

Prof. Cláudia Mauch

Editora e Gráfica Universitária

Diretor: José Fernando de Oliveira Vieira

História em Revista

Publicação do Núcleo de Documentação
Histórica da Universidade Federal de Pelotas

Deplo. de História e Antropologia

Conselho Editorial:

Prof. Dra. Helga I. Landgraf Piccolo

Prof. Dr. René Gertz

Prof. Ma. Mario Osório Magalhães

Editor: Prof. Fábio Vergara Cerqueira

Ficha Catalográfica

História em Revista/ Universidade Federal de Pelotas;
Departamento de História e Antropologia; Núcleo de Documentação Histórica.
v. 3, novembro 1997. - Pelotas: Ed.UFPEL, 1997.

Anual

1. História - Periódico I. Universidade Federal de Pelotas II, Departamento de História e Antropologia

CDD 900.05

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA UFPEL (NDH/UFPEL)

Coordenadora:

Prof.ª Mg. Beatriz Ana Loner

Membros do NDH/UFPEL:

Prof.ª Msc. Cláudia Mauch

Prof. Fábio Vergara Cerqueira

Prof.ª Msc. Flávia Maria Silva Rieth

Prof.ª Lorena Almeida Gill

Prof.ª Msc. Maria Leticia Mazzuchini Ferreira

Técnicos Administrativos:

Alvim da Silva Jorge

Rogério Sacramento Burkert

Capa: Nara Rejuno da Silva

Impressão Digital Lazer:

Lúcia Gonzaga de Souza Cruz

Rodrigo Marten Presles

Acabamento:

Oscar Luis Bohms (Chefe da Seção Gráfica),

Alexandre Farias Brão, Carlos G. Costa de

Silva, Cláudio L. M. dos Santos, João

Henrique Bordin, João José P. Mendes,

Marciano Serra, Ibelro.

Digitação, Composição, Diagramação e

Revisão de Tabelas:

Rogério Sacramento Burkert e Maria Lúcia

Vasconcelos da Costa

PEDE-SE PERMUTA
WE ASK FOR EXCHANGE

NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Coronel Alberto Rosa, 154

Pelotas - RS - Brasil - CEP 96.010-770

Fone/Fax: (0532) 22-8941 - 25-0996

E-mail: loner@ulpe.lnha

SUMÁRIO

EDITORIAL 5

DOSSIÊ: Escravidão no Extremo Sul do Brasil

1. O sistema escravista no Rio Grande do Sul:
os inventários como fonte para a pesquisa histórica 7
Helga Iracema Landgraf Piccolo
2. 1887: A revolta que oficialmente não houve
ou de como abolicionistas se tornaram zeladores
da ordem escravocrata 29
Beatriz Ana Loner
3. Negros, brancos e "pardos" na construção
do Novo Mundo, Pelotas 1848-1888 53
Ester J.B. Gutierrez
4. *Pai Felipe: Um episódio de charqueada e/ou*
aspectos temáticos da obra de Alberto Coelho da Cunha.... 85
Eduardo Arriada
5. O escravismo na região meridional do Rio Grande do Sul:
elementos contextuais e características 99
Agostinho Mario Dalla Vecchia

INSTRUMENTOS DE TRABALHO

1. Núcleo de Documentação Histórica: Novos Rumos 123
Beatriz Ana Loner e Lorena Almeida Gill

ARTIGOS

1. O fantasma da violência. Reflexões sobre
"forças centrífugas" e um objeto em revolução..... 127
Theophilos Rifiotis
2. A Gripe Espanhola em Pelotas 137
Renata Brauner Ferreira

ANEXO II

Quadro demonstrativo da população escrava no município de Pelotas, província de São Pedro do R. S. de 30 de setembro 1873 a 30 junho 1884

Idade		set- vto re- lar- vado	1873		serviço mãe ano a levatura	1878		1884		TOTAL	
			ma- ior de 21	ma- ior de 60		ma- ior de 21	ma- ior de 60	ma- ior de 21	ma- ior de 60		
mulheres até 10-12-13	H	10	214	107	225	329	467	530	89	10	5125
	M	5	25	5	248	199	108	512	14	8	3018
matriculadas no civil	M	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Averbações mudanço para dentro município	H	2	31	2	85	350	7	503	29	-	611
	M	-	1	-	111	350	3	80	7	-	567
talentos	H	1	35	24	19	550	131	46	12	4	638
	M	-	5	3	24	217	33	55	7	1	337
mudanças para fora do município	H	-	9	-	31	257	5	66	2	2	372
	M	-	-	-	35	199	3	46	3	-	278
libertos (fundo escravipápio)	H	-	2	-	2	5	-	4	-	-	13
	M	-	-	-	5	17	12	8	-	-	38
libertos (liberdade particular)	H	1	28	18	9	330	120	28	3	8	543
	M	-	-	-	25	368	38	46	3	4	478
libertos (em processo de emancipação)	H	-	6	5	21	212	36	10	2	-	304
	M	2	-	1	27	144	10	18	3	3	199
Existentes no município até 30/06/1884	H	10	282	80	235	1074	180	570	64	3	3558
	M	5	24	-	248	140	26	541	5	1	2252
TOTAL		15	286	80	483	1214	206	1111	70	4	5816

Fonte: Correio Mercantil, Pelotas, 23/08/1884

Nota: Os dados desta tabela apresentam um engano na soma da coluna dos mudanços para fora do município. Além disso, ela deve ter sido feita a partir de dados oficiais, sem levar em conta o desgaste que os escravos sofreram durante o período. Isso implica que, especialmente a divisão "sem profissão declarada" apresenta dados talvez não condizentes com a realidade, no que se refere aos menores de 21 anos. Da mesma forma, talvez a tabela não tenha levado em conta o passar dos anos e seja bem maior o número de escravos com mais de 60 anos do que os conhecidos pela tabela.

Obs: (H = branco, M = escravo)

NEGROS, BRANCOS E "PARDOS" NA CONSTRUÇÃO DO NOVO MUNDO PELotas 1848-1888

Estér J. B. Gutiérrez**

Infelizmente, uma lacuna se abre, a quase total inexistência de trabalhadores manuais nas diversas teorias e histórias. Entre os personagens da historiografia da arquitetura e do urbanismo, a maior ausência diz respeito àqueles agentes que, ao longo dos anos, com a força física de seu trabalho, retiraram da natureza os materiais que iriam erguer, destruir e tornar a edificar o entorno cultural, ou seja, ficaram de fora os construtores dos monumentos, que abrigam a vida social e individual e deram forma aos símbolos que iriam representar o imaginário de seus senhores e escravos, ou de seus patrões e empregados. Caso for factível recompor de alguma maneira esse fazer, não poderá ser isolado de tudo o que a tradição ocidental está acostumada a verificar. Este é o nó, o choque, a revolução, o encontro, o momento tipológico, a Forma, enfim, nesse caso, a ponte entre a tradição ocidental e as tradições nativa, africana e mestiça, ou, como também possa ser dito, o dueto entre o erudito e o popular, o centro e a periferia. Essas últimas, afastadas das preocupações acadêmicas e nas entrelinhas das fontes. Esta não pretende ser uma história vista de cima, nem de baixo. O ponto de vista tenta alcançar os patamares que permitem descortinar uma sociedade mais ampla e, em consequência, os espaços por elas agenciados, vividos e imaginados. Inevitavelmente, a perspectiva mantém o ponto de vista localizado neste tempo e no interior da fronteira sul do Brasil. Como diria, Carlos Ginzburg de "dupla periferia".¹

Impossível alcançar todas as reflexões sobre as problemáticas expostas. Como hipótese geral, não seria descabido pensar que no século passado, em Pelotas, além dos recursos naturais que o local oferecia, a produção escravista do charque e a origem, a cor, a profissão, a condição de ser livre ou escravo dos trabalhadores da construção civil contribuíram com importância nas soluções arquitetônicas e urbanísticas adotadas. Dentro desse último questionamento, como uma das hipóteses específicas é necessário verificar se a condição de ser livre ou escravo, a profissão, a cor, a

** Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel.

origem foram importantes determinantes na vida e na obra dos construtores da cidade. É desta última particularidade que trata o presente texto, escrito em sete partes.

De início, "A carne e o barro", relaciona a produção sazonal da carne salgada e de seus subprodutos com a fabricação de tijolos e telhas, nas charqueadas pelotenses. O relato "Pesquisadores metropolitanos" demonstra as generalizações realizadas em pesquisa executada em São Paulo; as diferenças entre o emprego materiais e técnicas construtivas adotadas na fronteira meridional do Brasil. Enfim, relaciona o sistema escravista no sul e a imigração em São Paulo com a adoção de elementos cerâmicos nas obras. "A documentação" esclarece sobre as fontes utilizadas; o tratamento dos dados; a questão da terminologia; a exclusão dos cativos ganhadores e os locais de trabalho dos obreiros.

"Enterramentos em tempo de cólera", "A batuta" e "Uma mancha", correspondem a três quadros da mão-de-obra da construção civil, onde são comparadas e verificadas coincidências, diferenças e ausências. "Sofrimento e morte dos trabalhadores negros chama a atenção para as condições de vida, e portanto, para a taxa de mortalidade hospitalar dos africanos e seus descendentes em relação aos demais trabalhadores. "Africanos, brasileiros e europeus na construção do Novo Mundo" sugere a contribuição das nacionalidades dos obreiros nas diferentes partes das edificações. A conclusão fala da situação dramática vivida pelos construtores e da participação dos diversos trabalhadores nas obras.

A carne e o barro

Nos últimos vinte anos do século XVIII, na sesmaria do Monte Bonito, onde, hoje está situada a cidade de Pelotas, limitada entre o canal São Gonçalo, ligação natural entre a lagoa Mirim e a laguna dos Patos, os arroios Santa Bárbara e Pelotas, os portugueses assentaram o cerne do núcleo de sua produção de carne salgada meridional. Em *Negros, charqueadas & olarias. Um estudo sobre o espaço pelotense*⁷, de nossa autoria, aí foi situado um complexo de mais ou menos trinta fábricas contíguas, onde não existia a criação de gado; a cidade de Pelotas e a Tablada, local de comercialização das reses. Por fábrica, uma média de 54 escravos trabalhavam na produção da carne salgada, do couro, da graxa, do sebo e atendiam os senhores e seus dependentes. Na época da salga, cada fábrica abatia uma média de 600 bois por dia. Metade do animal morto não era aproveitado.

O espaço fabril foi descrito como um ambiente macabro, fétido e pestilento. Viajantes como John Luccock, Nicolau Dreys, Robert Ave-Lallemant, Louis Couty, Herbert Smith fizeram: dos urros dos animais abatidos, esfolados vivos; do som do ritmo do trabalho imposto pelos feitores nos cativos; dos vapores nauseabundos emanados das águas, com detritos parados, sangue putrefato, excrementos apodrecidos, vísceras decompostas pelo forte calor do sol de verão; das nuvens de fumaças, que saíam das fomalhas e caldeiras, misturando os cheiros dos ossos carbonizados e das gorduras fervidas; dos animais, cães ferozes, urubus, moscas, que disputavam os restos. A arca saladeiril pelotense constituiu um dos locais de consolidação do sistema escravista no Rio Grande do Sul. Lugar onde foi verificada a exploração violenta do trabalho cativo.

Mais da metade das empresas possuíam olarias. Ao mesmo tempo, foi verificado que entre um universo de quase dois mil escravos registrados nos inventários dos senhores salgadores nenhum dos cativos teve a ocupação de oleiro. No período da entressafra do charque, nos meses frios, úmidos e chuvosos do ano, quando o pasto estava ralo, o gado magro, a terra encharcada, os homens servís retiravam a argila mais maleável, paravam com a matança e produziam tijolos e telhas.

A produção de elementos cerâmicos pelos escravos ajudou a manter a disciplina e o capital investido na compra de cativo. Permanentemente, explorou a mão-de-obra servil, aumentou e preservou o capital imobiliário dos charqueadores, como o próprio estabelecimento, a estância, a mata de matos na serra dos Tapes e as casas urbanas. Abandonou o chamado "desperdício" provocado pela escravidão. A TABELA 1 mostra que o plantel dos fabricantes de charque era composto por cativos construtores. A porcentagem de obreiros variava entre 11 e 0,01%. Os mais numerosos, os carpinteiros estavam freqüentes em praticamente todos os saladeiros; os pedreiros, em aproximadamente 71%.

TABELA 1 - Cativos construtores nos inventários de charqueadores. 1851-1883. Pelotas

Profissão	Carreiros	Pedreiros	Ferreiros	Santários	Limpeiros	Cozidos	Outros	Total
1851	02	02	-	-	-	01	0	05
52	02	02	-	-	-	06	10	20
54	01	01	-	-	-	08	0	10
64	01	03	-	-	-	01	0	05
80	01	02	02	-	-	02	0	07
82	01	-	-	-	-	04	0	05
89	01	-	-	-	-	02	0	03
88	02	-	-	-	-	05	0	07
89	01	02	-	-	-	04	0,01	07
90	01	01	-	-	-	02	0	04
91	01	-	-	-	-	02	0	03
92	03	02	-	-	-	02	0	07
95	04	-	01	-	-	02	0	07
97	03	04	-	-	01	01	0	09
99	-	02	-	-	-	01	0	03
81	02	01	-	02	-	01	0	06
83	02	01	-	-	-	02	0	05

FONTE: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Processos de Inventários, 1º e 2º Câmaras de Órfãos de Pelotas.

Pesquisadores metropolitanos

Os pesquisadores metropolitanos não têm tido, como objeto de estudo, o Rio Grande, e, por isso, generalizam quando se referem as soluções construtivas encontradas no sul. Numa publicação da Editora Contexto, de 1989, o reconhecido arquiteto e urbanista, professor e pesquisador da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Carlos Lemos, indicou, em *História da Casa Brasileira*, a taipa de pilão, técnica vinda de São Paulo, como a usada nas charqueadas gaúchas³. Ao contrário, em *Negros, charqueadas & olarias: Um estudo sobre o espaço pelotense*, foi demonstrado o que o levantamento físico/espacial das estruturas aparentes, as prospeções arqueológicas e os documentos escritos utilizados na pesquisa revelaram, ou seja, até os primeiros anos do século passado, as construções eram de pau-a-pique, também chamado de taipa de mão, taipa de sebe, taipa de sopapo, pescoção, conforme a região onde era empregado. Foi anotado que, desde os primeiros anos do século XIX, os prédios, caminhos, canaletas de esgotos, canchas, mangueiras de matança, etc.

eram construídos de tijolos. Entremeadas a produção do charque e de elementos cerâmicos, durante quase um século, os cativos aumentaram o capital imobiliário dos seus senhores.

Sobretudo no período anterior a 1850, a análise dos bens dos charqueadores em 30 inventários, demonstrou predominância dos imóveis rurais em detrimento dos urbanos, inclusive com propriedades no Estado Oriental. A aplicação de recursos na compra de escravos predomina até o início da década de sessenta, passando desde então, com algumas exceções, a decair. A elevação dos percentuais dos imóveis, a partir da década de setenta, mesmo que tenha apresentado variações, dá a impressão de estar, também, relacionada com a liberação de capitais antes investidos na aquisição de mão-de-obra servil.

Seguindo seu texto, Lemos disse que o tijolo já tinha sido empregado em algumas obras em São Paulo, que muito das benfeitorias das fazendas de café foram construídas com esse material, mas, acredita que foram realmente os operários imigrantes italianos que popularizaram a alvenaria de tijolos em construções urbanas, fazendo as suas próprias moradias. Assim o tijolo foi se firmando a partir de obras proletárias e daquelas suntuosas dos [...] *fazendeiros de olhos abertos à modernidade européia, acessível graças ao dinheiro fácil e a contratação de arquitetos e técnico atraídos pela forma de abastança alardeada aos quatro ventos. A classe média, conservadora, ainda crente na alta eficácia e segurança da taipa de seus avós, foi a última a adotar a nova técnica construtiva.*⁴

O mesmo autor, em *Alvenaria burguesa*, divide a história da arquitetura de São Paulo em dois momentos: a São Paulo de taipa: cidade velha e a São Paulo de tijolo: cidade nova, indicando, portanto, o uso do tijolo, como um dos elementos de modernização da cidade. Neste mesmo estudo, disse que a partir de 1856, [...] *são inúmeras as referências ao emprego do tijolo em obras em geral e muita gente propugna pelo abandono definitivo da taipa de pilão que, realmente, aos poucos, foi cedendo lugar à novidade construtiva.*⁵ E acrescenta ainda, ao pé da mesma página: "A campanha pelo abandono definitivo da taipa de pilão nas construções, a partir de 1860/65."

Nestor Goulart Reis Filho, igualmente, anotou sobre o início da utilização do tijolo em São Paulo: "As primeiras manifestações da mecanização na produção de materiais de construção e a presença dos imigrantes como trabalhadores assalariados respondiam pelas alterações das técnicas construtivas nessa época. Surgiram então casas construídas com tijolos e cobertas com telhas tipo Marselha."⁶

Lemos e Goulart são unânimes ao afirmar que as técnicas construtivas utilizadas em São Paulo eram geralmente primitivas. Nos casos mais simples as paredes eram de pau-a-pique, adobe ou taipa de pilão e nas residências mais importantes empregava-se pedra e barro, mais raramente tijolos ou ainda pedra cal. Para os paulistas, a construção em alvenaria de tijolos foi uma modernização. Ao contrário, no centro charqueador gaúcho, foi uma alternativa econômica à produção salgada. No caso de Pelotas, a fabricação de elementos cerâmicos ajudou não só a preservar e aumentar os bens imóveis dos senhores charqueadores, como a manter o regime servil. A alvenaria de tijolos permite, com mais flexibilidade e refinamento que as taipas e o adobe a introdução de elementos decorativos. Assim, é possível constatar as particularidades da arquitetura e da infra-estrutura urbana na fronteira sul do Brasil.

A documentação

Na pesquisa *O trabalho escravo no Rio Grande do Sul*,⁷ através de anúncios em jornais de Porto Alegre, o professor, pesquisador, arquiteto e urbanista Günter Wiemer procurou definir as relações escravistas da produção arquitetônica e urbanística gaúcha. Não chegou a esse resultado, porque os dados obtidos não informaram sobre o trabalho de cativos na construção civil, e sim, sobre outros ofícios da mão-de-obra servil, mas, confirmou-se a tentativa do autor de equacionar a participação da mão-de-obra escrava no processo de produção dos objetos urbanos no período Imperial.

Igualmente ocorreu na leitura nos jornais pelotenses. Apesar disto, os jornais, bem como, os inventários dos senhores de cativos ajudaram na reflexão sobre vida desta categoria de trabalhadores urbanos. Os livros de internamentos e de enterramentos da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas⁸ foram as únicas fontes encontradas que permitiram esboçar uma descrição dos homens que trabalharam na construção da cidade de Pelotas na segunda metade do século XIX. As informações sobre a mão-de-obra que edificou as estruturas físico espaciais urbanas possibilitará um entendimento mais próximo da realidade. Para descrever de maneira preliminar o quadro dos obreiros, na segunda metade do século XIX, o presente texto relaciona os quadros formados pelos construtores sepultados entre os anos de 1855 e 1859 e internados na Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, entre os anos de 1848-1888.

O recorte começou em 20 de março de 1848, quando foi internado o primeiro enfermo. O carpinteiro José Maria da Rosa, 27, *pardo*,

solteiro, natural da Bahia, fraturara a perna esquerda. Passou até o inverno daquele ano hospitalizado. O último desta lista, tinha se embriagado. Quarenta e oito horas ficou no hospital. Saiu três dias antes da princesa Isabel assinar a Lei Auréa. Chamava-se João Castro, 43, solteiro, ferreiro, dizia ser alemão. Os documentos encontrados permitiram contar a história de luta pela vida destes homens, de suas enfermidades, de suas feridas e das causas das suas mortes. Demonstraram a situação em que tentavam sobreviver escravos, livres, brasileiros, estrangeiros, negros, brancos e mulatos. Infelizmente, com as informações obtidas não foi possível tratar "*dos vários aspectos da história feita pelo povo; [...] através das várias formas de ação popular; [...]*"⁹

Seguindo a terminologia das variáveis dos registros tornou-se possível falar da *naturalidade*, da *qualidade* [sic. - queriam dizer *branco, preto, pardo, índio e cabra*]; da *idade*, do *estado civil*, da *ocupação*, da *data do internamento ou morte*, da *enfermidade* e da *importância*, ou seja, do *custo*, do *tratamento* e, foi acrescentada, a *condição*, escravo ou livre. Até mais ou menos 1875, o nome e o sobrenome da maioria dos homens livres, vinha acompanhado da filiação. Nos 40 anos estudados, quase sempre, o simples nome dos escravizados vinha acompanhado dos nomes de seus senhores.

O programa utilizado para a computação das informações permitiu com facilidade fazer os cálculos estatísticos propostos, adaptou-se com perfeição as variáveis utilizadas. O Epi Info 6, Epidemiologia e Informática n.º 6, utilizado, na pesquisa dos surtos das doenças, é um programa de uso público, de análise de dados e estatística, oferecido pela Organização Mundial da Saúde.¹⁰

O quadro formado, na segunda metade do século passado, por 811 homens não representou proporcionalmente a mão-de-obra da construção civil da cidade. Várias razões levaram a esta constatação. A falta de exatidão começou pela verificação dos enganos nos registros e pode ter terminado em erros de digitação. Desde a incorreta anotações dos nomes, em especial, dos europeus, não portugueses, até, quando de mais de uma internação, de um mesmo enfermo, as vezes, foi verificado, que as variáveis não coincidiam.

Por exemplo, em outubro de 1883, aconteceu, quando Jeremias Lastrica, por primeira vez na Santa Casa, por motivo de contusões, ficou registrado como francês, pedreiro e com 51 anos de idade. Um ano e um mês mais tarde, com orquite, na mesma instituição, ficou anotado como italiano, engenheiro e com 50 anos de idade. Em ambas situações constava como casado. Os registros dos óbitos não tiveram

coincidência com os registros das hospitalizações. Outro exemplo foi do alemão José. Quando baixou na Santa Casa escreveram José Fochet, filho de José e Teresa, 34, casado, marceneiro, entrada - 24 de março de 1857, falecimento - 14 de junho de 1857, enfermidade - orchites. No dia 15, no registro do cemitério anotaram José Fachiotte, 36, casado, marceneiro, moléstia - "ética". Além disto, as condições físicas dos documentos não permitiram a totalização das informações. De 2 de julho a 15 de agosto de 1955 não foi possível computar as internações ocorridas.

A "naturalidade" registrada nos livros da Santa Casa foi muito variada. Anotaram *Lisboa, África, Moçambique, desta provincia, Escócia*, etc. Com o objetivo de facilitar as análises dos dados levantados, a variável *naturalidade* passou a ser chamada de origem. Com exceção dos *prussianos*, que representaram uma parcela considerada da população construtora, europeus e americanos foram agrupados. Os provenientes da península itálica considerados de origem italiana. Igualmente, ocorreu com a origem portuguesa, inglesa, francesa, espanhola e norte americana. Os "*orientais*" ficaram com a origem uruguaia. Os prussianos por representarem a parcela de um por cento permaneceram com a naturalidade registrada. Provenientes da Suíça, Rússia, Dinamarca, Holanda, Áustria, Polônia, Bélgica, Suécia, Panamá, Paraguai e Argentina juntos não somaram cinco por cento dos construtores internados. Por isso, em muitas vezes não foram tratados.

Aos nascidos em das terras brasileiras e africanas foi dado um tratamento especial, em determinados momentos, puderam manter a subdivisão, respectivamente, províncias do Brasil, cidades do Rio Grande e as denominações anotadas, *Moçambique, Costa da África, Mina, Angola, Cabinda, Beni, Gêgê e Benguelá*. Por um lado, os senhores pagavam o tratamento de seus cativos. Em conseqüência, um número reduzido escravos foram hospitalizados. Muitos dos homens livres, não tiveram a necessidade ou a possibilidade de serem internados. Talvez, os nativos estivessem dentro desta classificação ou anotados como brasileiros.

Por outro lado, a relação foi feita a partir da variável *ocupação*. Para realizar a contagem dos enfermos, foi desconsiderada mais de uma internação. Selecionou-se a mão-de-obra especializada e rejeitou-se o que estava citado, simplesmente, como: *jornaleiros; trabalhadores; serventes e ganhadores*. Neste caso, os serventes, tinham como atividade principal o apoio à produção da carne saigada e de seus subprodutos, habitavam os terrenos ribeirinhos dos estabelecimentos charqueadores. E não foi confundido com a designação atual de

servente, realizador das tarefas menos qualificadas do canteiro de obras.

Diferentemente, dos livros da Santa Casa, foi encontrado o termo servente, acompanhado de pedreiro, na notícia dada no jornal local, CORREIO MERCANTIL: "*Em sua residência, à rua Marquês de Caxias, foi encontrado o preto livre, Tibúrcio de Jesus, solteiro, de 40 anos, servente de pedreiro [...] O cadáver foi encontrado, encolhido, em cima de uma cadeira, junto ao leito, tendo na mão esquerda uma tesoura com as pontas sobre a face e já exalando muito mal cheiro.*"¹²

Os escravos ganhadores, aqueles que entregavam uma renda fixa, por dia ou por semana para seus senhores e conservavam o restante para seu próprio sustento, ficaram de fora da listagem. Porque estavam registrados apenas como ganhador. É viável, que muitos desses cativos urbanos, prestassem serviços na construção. Neste caso, seriam contratados por terceiros para atuarem no canteiro de obras, ou exerceriam seus ofícios nas oficinas. Na escravidão, em Atenas e Roma, na Antiguidade, e na escravidão moderna, no Brasil, este típico escravo urbano tinha uma maior mobilidade que seus demais companheiros, podiam morar separados de seus proprietários. Longe de uma vigilância mais restrita, mantinham um relacionamento especial com os seus senhores.¹³ Os *negros ganhadores* eram trabalhadores exclusivos da cidade. O regime de aluguel, em menor escala, já era praticado nas áreas rurais.¹⁴ Mesmo assim, "[...] ao contrário do que pretendem os apologistas das benignidades do escravismo brasileiro, a vida do escravo urbano estava longe de ser amena. O pecúlio do escravo de ganho era insuficiente para cobrir os gastos [...] a liberdade [...] era ilusória."¹⁵

Na Bahia, muitos dos ganhadores faziam os serviços de carga e limpeza. "*Até 1850, as mulheres escravas eram empregadas como trabalhadoras braçais nos canteiros de obras de construções públicas ou privadas.*"¹⁶ Em Salvador: "*As relações entre senhores e escravos que trabalhavam fora de casa podiam assumir duas formas. O escravo podia trabalhar em troca de uma diária fixa, ou ser pago por uma tarefa. O primeiro caso era em geral o dos artesãos de todas as especialidades, mas sobretudo os que trabalhavam na construção.*"¹⁷

Na Bahia de todos os Santos: "*Em caso de concorrência entre um grupo trabalhadores livres e um senhor que alugava escravos, este não tinha dificuldades para se entender diretamente com o empregador (convento, hospital, administração pública, ou um simples particular), conseguindo trabalho para seus homens, em detrimento do trabalhadores livres isolados ou recém alforriados.*" Neste caso,

entende-se que o privilégio era do proprietário dos cativos. Porque, como foi dito, em situação de ser uma construção de certa envergadura, além de agenciar muitos obreiros que lhe pertenciam, também, podiam atuar na direção do canteiro de obras como "[...] *mestre-de-obras, mestre-pedreiro, mestre-marceneiro, etc.*"¹⁸

No século XIX, entre as manufaturas existentes, duas alternativas poderiam absorver a "massa" de trabalhadores baianos. Eram as empresas de construção civil e naval.¹⁹ Entre os anos de 1848 e 1852, o exame das listas eleitorais, onde os votantes eram homens de bem, ou seja, proprietários de bens, indicou que cerca de dois quintos dos artesãos de Salvador trabalhavam na construção civil. Em Salvador: "*O sistema de organização das tarefas de ganho originou os 'cantos', que eram ajuntamentos de ganhadores, tanto escravos como libertos, geralmente pertencentes à mesma raça e exercendo o mesmo ofício, onde os fregueses podiam requerer os seus serviços.*"²⁰

No centro charqueador sulino, além das marcenarias e carpintarias os trabalhadores da madeira poderiam atuar nos estaleiros e fabricas de carros, como o estaleiro Lima e a fábricas de carros de Luis Schödör, a de Carroças de Arnaldo Etchalus e a de Seges de Carlos Ruelle e depois do Manuel Etchegaray. Em lates, a carne salgada, o couro, o sebo e a graxa eram levados da charqueada ao porto marítimo de Rio Grande, para aí, trocar de embarcação e, no oceano Atlântico, tomar rumo norte. Interessante anotar, que entre o plantel dos salgadores praticamente não foram encontrados escravos tropeiros, e sim marinheiros. Metade dos fabricantes possuíam um meio de transporte fluvial. Carros, carroças e sebes serviam fabricantes, aos fazendeiros, aos comerciantes, aos prestadores de serviços, etc. Na época da safra, uma vez por ano, no verão, estancieiros e peões vinham vender os rebanhos, na Tablada. Depois das vendas compravam e procuravam os serviços e divertimentos que necessitavam. Nessas horas, apesar do mau cheiro reinante, a cidade crescia, modernizava-se e divertia-se. Manufaturas, comércio, serviços e residências, muitas em prédios alugados se estabeleciam. Em 1829, o Código de Posturas da vila do Rio Grande de São Pedro do Sul, extensivo a freguesia de São Francisco de Paula, hoje Pelotas, dava conta, disciplinava, fiscalizava, cobrava multa e impostos das obras e dos negócios, como as lojas de fazendas e as de louças, as boticas, as ferragens, as tabernas, as vendas, as armazéns, os bilhares, os botequins, as casas de pasto e as de talho; os mestres de ofícios com oficiais e aprendizes.

Em Salvador, pela municipalidade eram determinados locais, um ângulo ou cruzamento de ruas, que recebiam o nome do lugar onde se

situavam. Assim no canto de São Raimundo reuniam-se os minas. Os negós concentravam-se em vários cantos, entre eles, o do Mercado, o da rua da Ajuda, do Largo da Piedade, o do Campo Grande. Usualmente as mulheres tinham seus cantos, mas não se separavam por nações. A rua era o espaço de trabalho. Ali se desenvolvia as mais variadas relações, desde a solidariedade, enquanto grupo de oprimido, até a competitividade do mercado de trabalho.²¹ O ambiente de trabalho da cidade permitiu o aprofundamento de identidades étnico-religiosas tradicionais entre os africanos, favorecendo a rebelião dos malês em 1835.²² Dominada a rebeldia, estes africanos foram vendidos para um lugar onde a disciplina imposta ao trabalho e o castigo fossem exemplares, o lugar escolhido foram as charqueadas, em Pelotas.

Enterramentos em tempo de cólera. 1855-1859. Pelotas

No dia 8 de novembro de 1855 a cólera entrou em Pelotas. Nos dois primeiros meses matou uma média de 40 pessoas por dia. Conforme o historiador pelotense Alberto Coelho da Cunha, a população da cidade estava estimada em "5.900 *almas*". O cemitério, que ficava de frente à rua do Passeio já algum tempo não conseguia absorver a demanda de corpos. O povoamento crescia e alcançava os muros do campo santo erguidos em 1825. Nessa data, no quadro demarcado da povoação, o entorno ainda estava completamente deserto.²³

No dia 19 de outubro, do ano de criação da Freguesia, 1812, ocorreu o primeiro enterro urbano, em um dos terrenos baldios da lomba que pendia para os arroios, atual rua Santa Cruz. Naquele ano, 12 pessoas e no seguinte, 32, foram ali inumadas. Até 1819 recebeu corpos. Inaugurada em 23 de dezembro de 1813, a capela, localizada na área hoje ocupada pela catedral, também começou a receber os defuntos no recinto do templo a partir de 15 de fevereiro de 1814. Após foi murado o terreno de fundos. Os enterramentos a partir de 1820 e até 1825 foram para aí transferidos. Aí, construíram algumas catacumbas, mais tarde, demolidas. O material teve aplicação na capela-mor. Exclusivamente, este novo cemitério serviu à população por seis anos. Sete mortos, tiveram o privilégio, entre 1821 e 1823, de repousarem no chão da nave, na qual os devotos ajoelhavam para orar. Entre os anos de 1814 até fins de 1819, a concorrência entre os cemitério da Santa Cruz e da Igreja foi o seguinte:

TABELA 2 - Cemitérios. Santa Cruz e Igreja. 1814-1819. Pelotas

Anos	Sepulturas Cemitério	Sepulturas Igreja	Total	Proporções Cemitério	Proporções Igreja
1814	53	12	45	73,11	26,89
1815	22	8	28	78,57	21,43
1816	20	15	33	60,60	39,40
1817	26	9	35	74,00	26,00
1818	35	19	54	64,77	35,23
1819	45	15	61	73,77	26,23
Total	181	75	256	70,70	29,30

Fonte: Museu da Biblioteca Pública Pelotense. V. 658B, Manuscrito, CUNHA, Albino Coelho. *Cronômetro*, 190.

O rápido crescimento do número de sepultamentos, sem a ocorrência de nenhuma epidemia, demonstrou o aumento acelerado da população da freguesia. Em um local mais afastado, era necessário construir um novo lugar onde os corpos pudessem descansar para sempre. O cemitério da rua do Passeio, atual avenida Bento Gonçalves, preencheu as condições por quase 30 anos.

No início de 1849, em correspondência, o subdelegado de polícia solicitava a câmara municipal de Pelotas que se oficiasse o vigário pela irregularidade que constava: "[...] ter havido no enterro dos corpos no cemitério, por descuido ou abuso de respectivo sacristão, em não designar os **negros** que conduzem os mesmos corpos a lugares próprios, e a necessária profundidade, dando por isso lugar a revolverem-se os cadáveres ainda mal consumidos [...]" e acrescentava, logo em seguida: "[...] que sou informado ser demasiado pequeno para o número de corpos que ali se enterram [...]"²⁴

Os vereadores passaram o ano divididos entre quatro propostas para a remoção das sepulturas. Ao mesmo tempo, a Santa Casa de Misericórdia de Pelotas solicitava a câmara municipal a desapropriação de terreno destinado ao cemitério.²⁵ Pelas leis provinciais nºs 197 e 236 de 27 de nov. de 1850 e 10 de dez. de 1851 a Misericórdia viu as sua pretensão satisfeita. Em 1852, na câmara municipal, as opiniões ainda se separavam, agora, em duas propostas: a primeira optava pelas terras do Logradouro Público, local onde o gado que vinha das estâncias para as fábricas de charque era comercializado; a segunda, pelas terras da herança de D. Rita Leocádia de Moraes. Por fim, a escolha se deu em terrenos baldios da estrada do Fragateira, no latifúndio que possuía Tomás José Xavier. O proprietário não aceitou negociações e a Santa Casa teve que recorrer a todas as instâncias, em um pleito que se arrastava lentamente. Até que o terreno de 220m de frente, pela estrada do Fragateira e 440m de fundos do campo de Tomás Xavier foi desapropriado.²⁶

Foi quando a população não tinha onde despejar os cadáveres dos coléricos que chegavam de aluvião. *"A irrupção dessa tremenda peste numa população escassa, pacata e desprevenida foi de produzir alarma, foi de sentir pavor. Na insegurança geral, o surto era contaminante e trazia a população em desassossego e terror."*²⁷ O cemitério da rua do Passeio ainda teve de abrigar uns 150 coléricos. Neste momento de terror, no cemitério do Fragateira abriam-se as sepulturas com urgência e a toda pressa.

No dia 23 de novembro de 1855, enterraram o primeiro colérico no cemitério do Fragateira. No combate a doença, a partir desta data, todos os sepultamentos iriam ser realizados neste sítio. *O Regulamento do Cemitério*, dizia: "[...] Para nele se sepultarem todas as pessoas que faleceram na cidade e seus subúrbios, ficando proibida a inumação em outro qualquer lugar [...]"²⁸. Ao todo, cinco meses depois, em 24 de abril de 1856, a cólera fizera enterrar no lugar 287 pessoas. Neste dia, a terra cobriu a cova rasa do negro escravo Benedito, 24 anos, solteiro, **oleiro**, nascido em Pelotas. Caso tivesse nascido na África, tivesse morrido aos 36 anos, poderia ser considerado o perfil, ou a moda, quase exata do trabalhador da construção civil daqueles tempos de cólera, ou seja, ser africano, escravo, solteiro, oleiro, morrer de cólera aos 36 anos foram as variáveis que apresentaram maior frequência nos sepultamentos realizados entre 23 de novembro de 1855 e 30 de junho de 1859.

O livro de *Registro de Enterramentos, 1855-1868*²⁹, da Santa Casa de Misericórdia, tem anotado a "ocupação" das pessoas enterradas no período compreendido entre 23 de novembro de 1855, data do primeiro sepultamento, a 30 de junho de 1859. Neste intervalo de tempo foram inumadas 1331 pessoas. Ali, podemos observar 38 homens, trabalhadores da construção civil, moradores desta cidade. Desses, 20 eram cativos, dois libertos e 16 livres, respectivamente, correspondendo a 52,6%; 5,3%; 42,1%. Formavam uma população 55,30% de negros, 34,20% de brancos e 10,50% de pardos. Todos os 13 brancos eram livres. Dos 21 negros falecidos, só um era liberto. Nesta contagem, nenhum pardo era mais prisioneiro. Três nasceram livres e um tinha passado a condição de liberto.

Escravos e libertos não casaram. Menos da metade dos obreiros livres contrataram matrimônio. Portanto, um pouco mais de 80% eram solteiros. Labutavam diretamente no canteiro de obras e na produção da matéria-prima para as construções. Compunham um total de doze marceneiros, nove oleiros, sete carpinteiros, três ferreiros, três funileiros, três pedreiros e um serrador.

Suas idades variavam de 12 anos, como o negro escravo Matias, marceneiro, que nasceu Pelotas e faleceu de tuberculose, e 70 anos, como o pardo livre José Francisco da Silva, carpinteiro, nascido na Bahia e morto de um ataque no cérebro ou como, do branco Francisco da Cruz Barreto, marceneiro, casado, nascido em Santa Catarina, mas, também, morto 70 anos, da tal *ética*. Os negros escravos alcançaram no máximo 62 anos de vida. Os brancos começavam a morrer aos 22 anos.

Naqueles tempos de cólera, entre os sepultados, a média de vida estava em 37 anos.

Dos 20 escravos, foi observado que 15 eram africanos, desses, pelo menos, dois eram minas e, um viera do Congo. Quatro tinham nascido em Pelotas e de um não registraram origem. Os dois libertos também eram africanos. Nenhum deles tinha sobrenome. Somente Matias, o escravo de doze anos, enterrado três dias antes de terminar o ano de 1857, tinha recebido a nacionalidade brasileira. Particularmente, neste levantamento, apenas os cativos trabalhavam nas olarias, os nove oleiros anotados, junto com quatro carpinteiros, três marceneiros, dois ferreiros, um funileiro e o único serrador formavam o plantel dos escravizados.

Os dois libertos, o pardo Antônio e o negro José Agostinho eram respectivamente pedreiro e funileiro. Ambos morreram de cólera. Também pereceram da mesma moléstia oito cativos. Dos trabalhadores livres arrojados um padeceu deste mal. Depois da cólera, a tuberculose foi a causa mais freqüentes das mortes dos cativos. Diferentemente, primeiro, a morte dos homens livres estava anotada como a tal da *ética*, que nada mais era que a tuberculose.

Os 16 trabalhadores livres eram: nove marceneiros, ou seja, três catarinenses, dois alemães, um português, um italiano, um francês e um pelotense; três carpinteiros, sendo um rio-grandino, um pelotense e um português; dois pedreiros, um francês e um italiano; um funileiro baiano e um ferreiro francês.

De todos eles parece que três eram homens de algumas posses. Os únicos a terminarem em catacumbas. O primeiro, o marceneiro português Domingos Pinto e Silva, solteiro, faleceu de desinteria aos 32 anos. Os dois últimos eram franceses. O marceneiro, João Laballe Francisco, casado, faleceu aos 40 anos de hidropisia. O outro, pedreiro, solteiro, chamava-se Pedro Galiquerna, morreu de tuberculose aos 27 anos.

Nos cinco meses compreendidos entre 23 de novembro de 1855 e 24 de abril de 1856, faleceram treze obreiros. Onze padeceram de cólera. Dos treze, dez eram cativos, africanos, negros e cinco, oleiros. Nenhum casou. O levantamento e a conseqüente análise realizada entraram por demais nas entranhas do sistema escravista. Porque foi realizada em tempos de cólera. Fossem outros tempos, obviamente, os negros cativos não padeceriam deste mal. E, portanto, uma outra proporcionalidade no quadro da mão-de-obra civil se manifestaria.

A obrigatoriedade dos sepultamentos no cemitério do Fragata mostraram um quadro único da população da cidade de Pelotas no início da segunda metade do século passado. O período compreendido entre 24 de abril de 1856, dia da morte do último colérico na cidade, e 21 de fevereiro de 1859, data que os registros de enterramentos terminam de anotar a "ocupação" das pessoas sepultadas, aparecem 25 trabalhadores da construção. Um quadro distinto dos tempos de cólera.

A batuta. Enterramentos 1856-1859. Pelotas

Apesar dos poucos anos estudados, de 1856 a 1859, e, em conseqüência, o reduzido número de mortos, os 25 trabalhadores da construção civil falecidos na cidade de Pelotas representam um quadro mais próximo da realidade como ela foi. Especialmente, para este momento, os dados encontrados podem servir para comparações com os números relativos aos sepultamentos em tempos de cólera e ao das hospitalizações na Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. As diferenças e coincidências encontradas foram reveladoras das desigualdades sofridas entre trabalhadores cativos e livres; negros e brancos; africanos, brasileiros e europeus. Esta situação não foi estática, no decorrer da segunda metade do século XIX as hospitalizações indicaram outras proporções, mudanças significativas no quadro mão-de-obra da construção civil.

TABELA 3 - Condição, qualidade, origem, estado civil, ocupação Enterramentos 1855-1859 X 1856-1859, Pelotas

	Enterramentos 23/11/1855 30/06/1859		Enterramentos 24/04/1856 30/06/1859	
	Freqüência	%	Freqüência	%
CONDIÇÃO				
Escravo	20	52,6	11	44,0
Livre	16	42,1	14	56,0
Liberto	02	5,3	---	---
QUALIDADE				
Preto	21	55,3	11	44,0
Branco	13	34,2	11	44,0
Pardo	04	10,5	03	12,0
ORIGEM				
Portuguesa	02	05,4	01	04,2
Brasileira	12	32,4	10	41,6
Alemã	02	05,4	02	08,3
Francesa	03	08,1	03	12,5
Italiana	01	02,7	01	04,2
Africana	17	45,9	07	29,2
ESTADO CIVIL				
Solteiro	31	81,6	18	72,0
Casado	07	18,4	07	28,2
OCUPAÇÃO				
Marceneiro	12	31,6	12	48,0
Carpinteiro	07	18,4	05	20,0
Cieiro	09	23,7	04	16,0
Funileiro	03	07,9	02	08,0
Pedreiro	03	07,9	01	0,40
Ferreiro	03	07,9	01	0,40
Serrador	01	02,6	00	0,00
TOTAL	38	100,0	25	100,0

Fonte: Livro de Registro do Enterramentos do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas: 1855-1863

Passada a cólera, o quadro não apresentava mais uma maioria de escravos. Entre os anos de 1856-1859, os obreiros livres alcançavam um total de 56%. Precisamente, 44% de negros, ao lado de 44% de brancos, intercalados de 12% de "pardos", formavam o universo dos construtores falecidos na cidade. Literamente, 62% tinham "um pé na África". Portanto, os africanos e seus descendentes eram a maioria. Todos os africanos e negros eram escravos. Todos os pardos eram livres. Os brasileiros sepultados no Fragata eram: 30% cativos nascidos em Pelotas; mais dois baianos; três catarinenses; um rio-grandino e um pelotense.

Depois da cólera, para os trabalhadores da construção, a perspectiva de vida passou para 45 anos de idade.

Do total, quase 30% era de africanos, 20% de gaúchos, 20% das outras províncias do Império. Os 30% restantes dividiam-se em ordem decrescente entre franceses, alemães, mais um italiano e um português. Setenta e dois por cento estavam solteiros. Metade dos homens livres casaram. Nenhum escravo contraiu matrimônio.

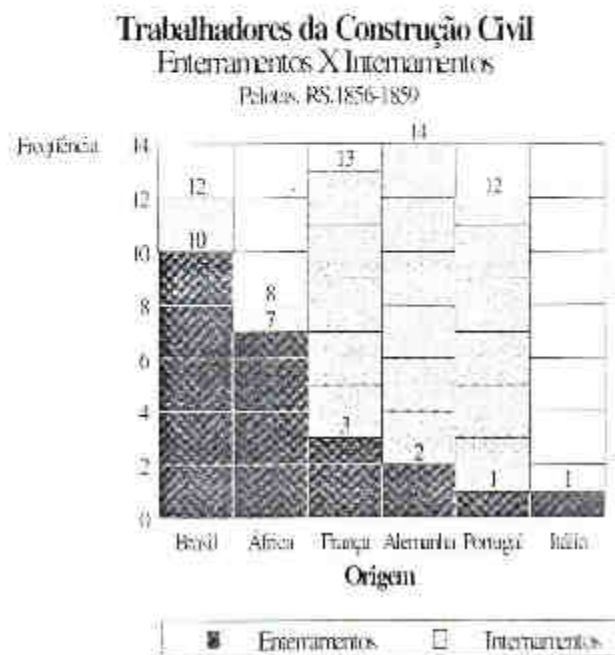
Quase a metade era de marceneiros, 20%, de carpinteiros. O trabalho com a madeira ocuparia, entornado de 70%. Salvo engano, trabalhariam também para os estaleiros. Os oleiros estavam em 16%. Depois dois funileiros, um ferreiro e um pedreiro completavam o quadro. O que mais matou foi a tuberculose. Do total, 17,40% de escravos e 26,10% de livres foram dilacerados por este mal.

Comparando as porcentagens referentes aos dois períodos analisados, é possível concluir que a cólera atingiu mais os escravos, os negros, os africanos, os solteiros, os marceneiros e os oleiros. Depois da cólera, os obreiros formavam um grupo de mais ou menos 40% de brasileiros e 30% africanos e europeus.

Uma mancha. Internamentos 1856-1859 e 1848-1888

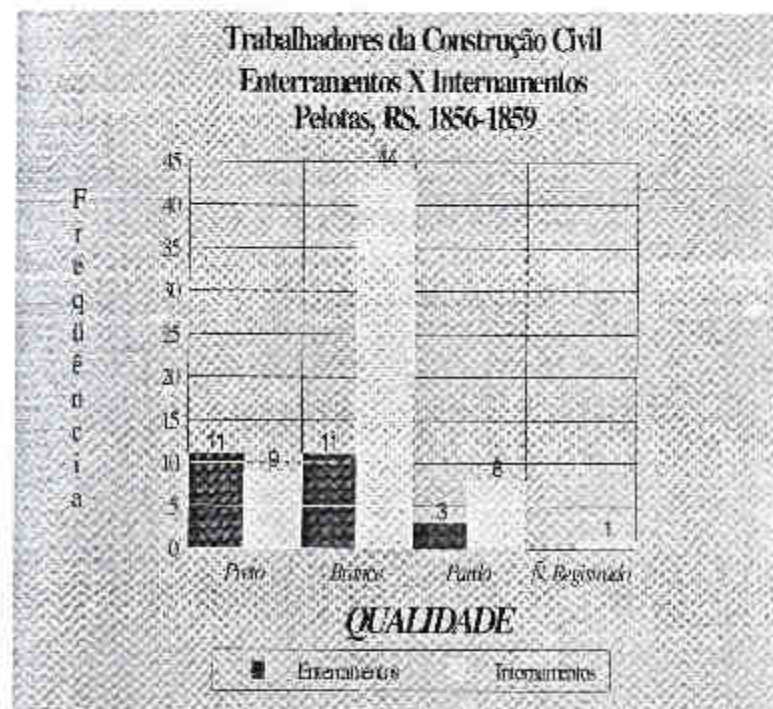
Os dados obtidos com as hospitalizações na Santa Casa de Pelotas podem ser consideradas manchas, indícios, do e no universo da mão-de-obra da construção civil, em Pelotas. Os gráficos, apresentados nas FIGURAS 1,2,3 e 4 e a TABELA 4 demonstraram as diferenças encontradas quando comparadas as informações colhidas, nos anos de 1856-1859, entre os enterramentos no cemitério do Fragata e os internamentos na Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. Nestes casos, brasileiros e africanos tinham menos prioridade no atendimento hospitalar que os europeus. Da mesma forma, em primeiro, os brancos, depois, os "pardos" e por último os negros tiveram acesso à casa de saúde. Os trabalhadores livres, muito mais que os escravos, puderam ter acolhimento na Santa Casa. Carpinteiros e ou marceneiros, construtores da madeira, destacaram-se entre os obreiros do início da segunda metade do século passado.

FIGURA 1



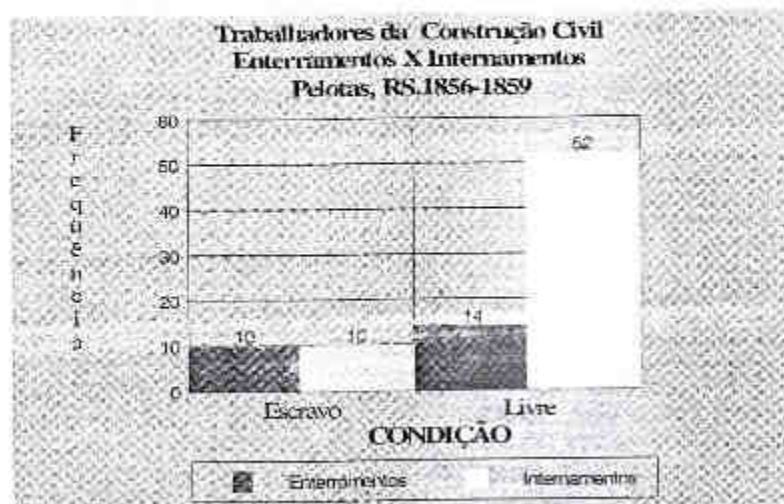
Fonte: Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. *Livro de Registro de Enterramentos do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas: 1855-1888* e *Livro do Movimento dos Internos da Santa casa de Misericórdia de Pelotas: 1848-1862*

FIGURA 2



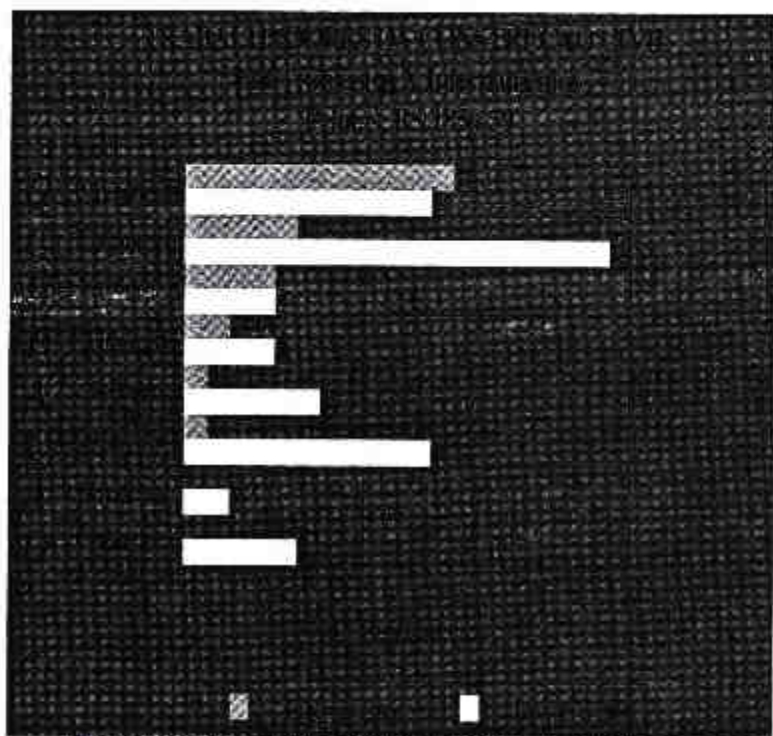
Fonte: Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. *Livro de Registro de Enterramentos do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas: 1855-1888* e *Livro do Movimento dos Internos da Santa casa de Misericórdia de Pelotas: 1848-1862*

FIGURA 3



Fonte: Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. *Livro de Registro de Enterramentos do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas: 1855-1869* e *Livro do Movimento dos Internos da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas: 1848-1862*.

FIGURA 4



Fonte: Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. *Livro de Registro de Enterramentos do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas: 1855-1869* e *Livro do Movimento dos Internos da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas: 1848-1862*.

No ano de 1858, contando o primeiro distrito, a cidade, o segundo, Boa Vista, e o terceiro, Serra da Buena, dava 10.757 pessoas.³⁵ A população urbana somava 6344 habitantes, ou seja, 58,97%. Na cidade trabalhavam 2.213 escravos; o que quer dizer, 34,89% dos moradores eram cativos. Na Boa Vista, onde estavam estabelecidas as fábricas de salgar carnes, os residentes eram 2.711. Neste lugar, os produtores servis alcançaram a cifra 1.333 pessoas, 49,15%. O Serra da Buena tinha 1.702 habitantes, desses, 33,4% eram escravos; A média geral de condição cativa na população era de 38,32%. Considerando que os dados relativos aos enterramentos, para os anos de 1856-9, anotou

uma participação de 44% de mão-de-obra escrava na construção civil, é possível concluir que, depois de salgar a carne, a produção dos objetos arquitetônicos e urbanos utilizava mais mão-de-obra servil, que a média das demais atividades produtivas.

Acrescentando, a freguesia de Boqueirão, atual município de São Lourenço do Sul, no mesmo ano de 1858, os moradores de Pelotas somavam 12.893.²¹ Eram: entre livres, 4.104 homens e 4.001 mulheres; entre escravos, 3.495 homens e 1.693 mulheres; entre libertos, 162 homens e 180 mulheres. Nesta data, entre os livres, em número, o sexo feminino e masculino quase se equivaliam. Compunham com uma pequena superioridade para os homens.

Entre os cativos, aí sim, existia uma disparidade, os homens eram quase o dobro da quantidade de mulheres. Conforme a atividade produtora o número de homens poderia ser maior. Na casa do senhor, nas fábricas de charque, menos qualificadas profissionalmente que os escravos, as cativas eram 13%. Principalmente, trabalhavam como mucamas e costureiras. A costura deveria atender aos proprietários e seus dependentes e aos homens do abate. Talvez, as mulheres fossem aproveitadas nas hortas e pomares de espinho existentes nos estabelecimentos. Nos inventários dos charqueadores as mulheres não foram registradas nas atividades da salga. Nenhum escravo listado nos bens dos fabricantes constava como casado.²² Na construção civil, entre os trabalhadores hospitalizados e enterrados não foi anotada a presença de mulheres.

Na data do censo, 1858, entre livres e cativos, 2.811 homens adultos não tinham contratado casamento, ou dizendo de outra forma, 71,30% da população masculina crescida estava solteira. A falta de mulher ocorria entre a população cativa. Entre os libertos apareceu uma clara opção pelo gênero feminino. Por ser menos utilizada nas atividades produtoras e mais nas domésticas; por viver junto aos senhores, por poder guardar algum dinheiro e por custar menos que os homens, a mulher conseguia com menos dificuldade comprar a liberdade. Nos enterramentos ocorridos no período de 1856 e 1859, entre livres e cativos, 72% dos obreiros eram solteiros. Porém, 50% dos trabalhadores da construção civil livres casaram. Todos os escravos construtores tinham morrido solteiros.

TABELA 4 - Condição, qualidade, origem, estado civil, ocupação Enterramentos X Internamentos. 1856 - 1859. Pelotas

	Enterramentos		Internamentos	
	24/04/1856	30/06/1859	12/08/1856	27/06/1859
	Frequência	%	Frequência	%
CONDIÇÃO				
Escravo	11	44,0	10	16,0
Livre	14	56,0	52	84,0
QUALIDADE				
Preto	11	44,0	09	14,5
Branco	11	44,0	44	71,0
Pardo	03	12,0	09	12,9
Outros	---	---	01	01,6
ORIGEM				
Portuguesa	01	04,2	12	19,4
Brasileira	10	41,6	12	19,4
Alemã	02	08,3	14	22,6
Francesa	03	12,5	13	21,0
Italiana	01	04,2	01	01,6
Africana	07	29,2	08	12,9
Inglês	00	0,00	01	01,6
Russa	00	0,00	01	01,6
ESTADO CIVIL				
Solteiro	18	72,0	47	75,0
Casado	07	28,0	10	16,1
Viúvo	00	00,0	05	08,1
OCUPAÇÃO				
Marceneiro	12	48,0	11	17,7
Carpinteiro	06	20,0	19	30,6
Oleiro	04	16,0	04	06,5
Funieiro	02	08,0	04	06,5
Pedreiro	01	04,0	06	09,7
Ferreiro	01	04,0	11	17,7
Serralheiro	00	0,00	02	03,2
Pintor	00	0,00	05	08,1
TOTAL	25	100,0	62	100,0

Fonte: Santa Casa de Misericórdia de Pelotas: Livro de Registro de Enterramentos do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas: 1855-1868 e Livro do Movimento dos Internos da Santa casa de Misericórdia de Pelotas: 1848-1862.

TABELA 5 - Idade, mortalidade e pagamento. Internamentos 1848-1888. Pelotas

	Idade Mínima	Idade Máxima	Idade Média	Idade Moda	Taxa de Mortalidade Hospitalar		Pagamento		Total
					Freq.	%	Freq.	%	
CONDICÃO									
Escravo	10	65	40	40	08	11,8	---	---	068
Livre, etc.	14	90	54	40	52	67,0	37	5,0	745
QUALIDADE									
Preto	10	60	45	40	20	19,4	01	01,0	104
Branco	14	87	53	38	32	65,1	35	35,7	618
Pardo	12	73	56	20	06	11,1	02	22,5	061
ORIGEM									
Portuguesa	15	78	50	30	17	66,8	19	27,7	247
Brasileira	10	69	36	40	18	60,7	03	21,6	185
Alemã	14	82	36	30	04	24,0	03	63,0	100
Francôesa	19	75	40	30	02	22,7	08	10,0	073
Italiana	15	61	36	30	03	25,8	00	00,0	032
Africana	25	90	60	40	10	21,7	00	00,0	046
Inglês	22	46	34	23	01	24,5	00	00,0	022
Espanhola	22	62	43	22	01	24,8	01	64,8	021
Norte-americana	24	63	32	32	00	00,0	00	00,0	011
Uruguaia	18	60	41	59	03	33,3	02	33,3	003
Prussiana	19	67	29	22	00	00,0	00	00,0	008
OCUPAÇÃO									
Carpinteiro	16	79	37	40	23	66,1	21	27,7	277
Pedreiro	12	90	34	40	10	66,5	03	61,9	154
Ferreiro	14	84	35	32	12	28,8	07	25,1	136
Pintor	20	63	34	40	03	33,8	00	00,0	78
Marceneiro	16	87	31	22	07	10,1	03	64,3	55
Oleiro	20	68	39	40	04	12,5	01	68,1	32
Total	10	90	35	40	62	67,5	37	64,6	811

Fonte: Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. Livros de Movimentos dos Internos, 1848-1888; 1892-1894; 1895-1898 e 1893-1895.

De 1848 a 1888, entre os 811 obreiros internados na Santa Casa de Misericórdia de Pelotas quase cinco por cento puderam arcar com os custos de suas hospitalizações. Acima da média, em primeiro, os franceses, em segundo, os portugueses, e, em terceiro, ficaram os espanhóis. Ao mesmo tempo, os franceses tiveram a menor taxa de mortalidade hospitalar. Nada pagaram: italianos; africanos; ingleses; norte-americanos; uruguaia e prussianos. Brasileiros e alemães contribuíram pouco. Dos 68 escravos internados, 64 tiveram as suas contas pagas pelo seus senhores, os restantes, por seus proprietários, não conseguiram pagar as despesas, tiveram atendimento gratuito. Negros e "pardos", menos ainda, alcançaram atender financeiramente os custos com as sua saúde. Entre os profissionais, os mais pobres foram os pintores, seguidos pelos pedreiros, oleiros e marceneiros.

Apesar de menos qualificados que os marceneiros, os carpinteiros e os ferreiros responderam acima da média pelas contas hospitalares. Na cor e na condição de ser livre ou escravo a taxa de mortalidade

hospitalar foi inversamente proporcional a capacidade financeira. Foi maior entre os escravos. Faleceram em primeiro os negros, depois os mulatos e por último os brancos. Com exceção dos uruguaia, que tinham 55,50% de descendentes de africanos, os que chegaram da África, seguidos dos brasileiros foram os que mais padeceram na Misericórdia. Depois dos franceses, os alemães, apesar da reduzida capacidade financeira, reagiram melhor às enfermidades que os demais trabalhadores.

Sofrimento e morte dos trabalhadores negros. Internamentos 1848-1888

Dos 811 construtores hospitalizados, 104 foram anotados como negros. Ou seja, compunham quase 13% do total. Entre os anos de 1848-1888, um pouco mais da metade dos negros obreiros hospitalizados, 53% eram escravos. Dos 104 registrados os africanos eram 43, os brasileiros, 58 e os uruguaia três, correspondendo a 41,70%, 55,30% e 3%. Dos 104, nove casaram e dois eram viúvos. O que quer dizer, apenas 11% contraíram núpcias.

Em vida, os construtores negros sofreram de reumatismo, de diarreias, de úlceras, das contusões, de bronquite e de sífilis. Acabaram morrendo da diarreia e desintéria, de tétano e de bronquite. A taxa de mortalidade hospitalar foi reveladora em relação a cor. Contando todos os negros obreiros baixados 19,20% vieram a falecer. Os escravos negros e pardos tiveram uma mortalidade hospitalar de 11,8%, enquanto que os cativos apenas negros alcançaram 14,80%. Os negros livres atingiram a taxa de mortalidade hospitalar de 23,25%. Ao mesmo tempo, os negros livres conseguiram chegar aos 90 anos de idade. O que fazia sentido.

Primeiro, os senhores fabricantes optaram por comprar novos escravos, do que apostar na manutenção e reprodução da escravaria. Nas fábricas do charque, o número de crianças não chegou a 2% e o de mulheres era 13%.³⁵ A idade dos anos homens escravizados da produção do charque, sempre foi baixa, mas aumentou no decorrer do século. A perspectiva de vida dos trabalhadores servis ampliava na medida em que diminuía o tráfico negreiro. Em 1831, formalmente, a Lei Feijó proibia a entrada de escravos em terras brasileiras. Ficou conhecida como aquela lei que era "para inglês ver". Em 1850, Lei Euzébio de Queiroz, pôs fim ao tráfico negreiro. Até 1831, o plantel das charqueadas apresentava 71,10% com menos de 40 anos. Entre a Lei Feijó e a Euzébio de Queiroz, o plantel apresentava 58,80% abaixo dos quarenta; entre 1850 e a Abolição, 49,30%. Portanto, na segunda

metade do século passado, um pouco menos da metade dos escravos charqueadores estavam com menos de quadro décadas de existência.³⁴

Segundo, na Santa Casa houve um atendimento maior aos trabalhadores livres que aos escravizados, porque os cativos tinham suas contas pagas pelos senhores. Terceiro, para investir na saúde dos escravos era preciso existir certeza de volta ao trabalho, de retorno do investimento. Assim, a média e a moda de idade entre os obreiros negros cativos hospitalizados era de 40 anos. Entre os construtores negros livres, a média estava em 52 e a moda em 60 anos.

Dos negros livres internados, 50% eram africanos, 25% nascidos no Rio Grande, e os outros 25% nas demais províncias do Brasil. A maior parte deveria ser liberta, não ter nascido livre. Quando a alforria chegava, a vida estava no fim. Quando imprestável, num momento de benevolência do senhor, pagava-se ou ganhava-se a liberdade.

Depois dela, era o abandono. Era comum velhos, inválidos, incuráveis perambularem e mendigarem pelas cidades. Para abrandar um pouco esta situação, em 1824, José Bonifácio incluiu na sua Representação à Assembléia Nacional Constituinte o artigo número oito que obrigava a todo o senhor que tivesse libertado escravo velho, doente, se o liberto não tivesse outro modo de existência, a mantê-lo. Caso não fizesse, seria o torro recolhido ao hospital, ou casa de trabalho, à custa do dono.³⁵ O custo de uma carta de alforria era alta. Os senhores não se desfaziam dos escravos produtivos. Necessitavam recuperar o dinheiro gasto no momento da compra, resgatar a *inversão inicial*.³⁵

Em Pelotas, um moço poderia pagar cinco vezes mais que um idoso por sua carta de alforria. Um velho pagaria por sua liberdade o preço de um cativo jovem, que iria substituí-lo. O valor poderia equivaler a um terreno na cidade. Promessas e cláusulas de liberdades incentivaram o trabalho e a fidelidade. Apesar do número reduzido do sexo feminino em relação ao masculino na escravaria, as manumissões onerosas, ao contrário das gratuitas, libertaram um número maior de mulheres. O que sugeriu uma maior capitalização por parte das mulheres servis. As cartas de alforria alcançaram mais aos pardos que aos negros, mais aos crioulos, nascidos no Brasil, que aos africanos.³⁷ Os obreiros uruguaios que apareceram pela Santa Casa foram nove. Eram três negros, dois "pardos" e quatro brancos. Portanto, a porcentagem de africanos e seus descendentes na população oriental foi significativa. Os dois negros orientais eram ferreiros, um carpinteiro.

Talvez, por isto, os uruguaios tenham apresentado a maior taxa de mortalidade hospitalar, 33,30%.

Os negros escravos tiveram uma diversidade profissional maior que os negros livres. Dividiam-se em nove especialidades. Sem contar o trabalho das olarias nas charqueadas, nesta ordem, deram preferência às atividades de pedreiro, de marceneiro e de oleiro. Entre os negros livres nenhum exerceu a profissão de oleiro; foram pedreiro, carpinteiro e ferreiro. Cativos também foram ferreiros, mas não com tanta incidência como na vida em liberdade.

Negros, servis e livres, trabalhavam, em primeiro lugar, como pedreiros, 35%; em segundo, como carpinteiros, 29,10%, depois como ferreiros, 16,50%, e em quarto, como oleiros, 8,70%. A seguir 3,90% era marceneiro; 2,90%, pintores e, por fim, 1%, era serrador. Somente um pagou por sua conta a hospitalização. Foi Nicolau Tolentino Antigueira, natural da Bahia, solteiro, marceneiro, morreu aos 60 anos de hipertrofia do coração. O que possuía serviu para pagar seu tratamento. Caso tivesse sobrevivido, talvez, não tivesse com o que viver.

Africanos, brasileiros e europeus na construção do Novo Mundo

Cruzando os dados obtidos com a origem e a ocupação, na TABELA 6, Origem X Ocupação, nas colunas, a Ocupação representou uma abstração. As linhas, caso fossem completadas as profissões somariam 100%. Portanto, seria correto supor que 46,6% dos portugueses internados na Santa Casa de Misericórdia de Pelotas foram carpinteiros ou que 26,5% dos africanos hospitalizados foram carpinteiros. Enganou-se quem pensou que entre os carpinteiros baixados no hospital, 46,6% foram portugueses, ou que entre os africanos acamados na Misericórdia, 26,5% exerceram as atividades de carpintaria. A TABELA 6 Origem e Ocupação proporcionou visualizar a dedicação de cada origem às profissões.

**TABELA 6 - Origem e Ocupação.
Internamentos: 1848-1888 e Enterramentos 1856-1859**

	Carpinteiros		Pedreiros		Ferreiros		Pintores		Marceneiros		Oleiros	
	Int.	Ent.	%	Ent.	Int.	Ent.	Int.	Ent.	%	Ent.	Int.	Ent.
Portugueses	48,6	100,0	—	—	14,6	99,0	—	—	37,7	—	92,9	—
Brasileiros	40,6	33,3	24,1	—	68,6	—	61,6	—	10,7	66,6	64,6	—
Alemães	15,7	—	66,1	—	66,1	—	25,2	—	15,2	100,0	22,6	—
Franceses	18,1	—	31,9	23,0	36,9	33,3	11,1	—	36,9	33,3	22,2	—
Italianos	60,8	—	29,0	—	—	—	25,0	—	63,6	100,0	—	—
Africanos	25,5	—	34,7	—	16,2	—	34,1	—	69,0	33,3	—	33,3

Fonte: Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. Livro de Movimentos dos Internos, 1848-1862; 1862-1874; 1874-1893 e 1893-1899 e Livro de Registro de Enterramentos do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, 1856-1859.

Entre os anos de 1856-1859, apesar dos poucos obreiros enterrados, 25, para uma reflexão mais detalhada, eles apresentaram um quadro de trabalhadores mais perto da vida como ela foi. Diferente do resultado dos 811 construtores internados na Santa Casa, entre os anos de 1848 e 1888, que representam indícios, tendências, manchas, tonalidades do quadro da mão-de-obra trabalhadora. Quando possível, o que quer dizer, uma frequência considerável, dando ênfase às informações relativas ao enterramentos é, ao mesmo tempo, levando em conta os registros hospitalares, relacionando origem e ocupação, em porcentagens, pode ser percebido que os portugueses dedicavam-se mais à carpintaria; os alemães, à marcenaria; os franceses, aos trabalhos com o ferro; os italianos, à pintura. Aos africanos coube a construção propriamente dita. Dado o número das olarias existentes, com exceção dos italianos, todos os outros amassaram o barro e exerceram as diversas ocupações. Em primeiro, os brasileiros dedicavam-se aos trabalhos com a madeira, principalmente, dividiam-se entre os trabalhos de carpintaria e marcenaria; depois trabalharam como pedreiros. Somavam as atividades dos da África, Portugal e Alemanha. Nas olarias, da cidade, depois dos africanos e dos franceses, os nascidos no Brasil, eram os mais aproveitados.

Conclusão

A vida dos construtores no centro urbano do núcleo charqueador sulino foi difícil. Mesmo em liberdade, em ordem decrescente, foi mais árdua para africanos, negros, *pardos* e brasileiros. Considerando que os escravos charqueadores também produziam nas olarias e, ao mesmo tempo, levando em conta, os números obtidos com os enterramentos e internamentos constantes da TABELA 6 não seria absurdo supor que africanos e brasileiros trabalharam na edificação do volume das construções. Extraíram a argila, fabricaram os tijolos e as

telhas. Ergueram as paredes. Falquejaram as madeiras. Fizeram as tesouras e cobriram com telhas. Colocavam janelas e portas. Assoalhavam e forravam. Deram forma aos prismas que constituiram o invólucro, a concha, a exterioridade, a aparência, a armação, a casca da cidade, as paredes e telhados das casas. Ficaram com o pesado:

Parece que para os europeus a maneira mais fácil de fugir da miséria de seu Velho Mundo estava em construir o Novo Mundo. Três séculos já tinham passado desde que as notícias dos descobrimentos povoavam as mentes dos habitantes da Europa. Talvez, pensando em encontrar o paraíso, em certos momentos, junto com seus companheiros da África e do continente americano, chegaram a sofrer as privações do inferno. Pela fome, expulsos da terra onde nasceram, marcaram com as suas mãos as construções. Também ergueram e cobriram os edifícios, mas preferiram ou tiveram as oportunidades, ou habilidades para apoiar, detalhar, aplicar, colocar, pintar os símbolos das tradições que trouxeram, interpretaram e imaginaram na edificação do Novo Mundo.

Notas bibliográficas:

¹ GINZBURG, Carlo. *A queijo - história e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 1989.

² GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, choqueadas e olarias*. Um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas, Ed. UFPel, 1993. Dissertação de Mestrado apresentada no curso de Pós-Graduação em História Ibero-Americana, na PUC/RS, no mesmo ano.

³ LEMOS, Carlos. *História da casa brasileira*. São Paulo, Contexto, 1989, p. 22.

⁴ *Id. Ib.*, p. 60.

⁵ LEMOS, Carlos. *Alienar burguesia*. São Paulo, Perspectiva, 1970, p. 40.

⁶ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo, Perspectiva, 1970, p. 48.

⁷ WEIMER, Günter. *O trabalho escravo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1991.

⁸ Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. *Livros de Movimento dos Internos, 1848-1862; 1862-1974; 1974-1883 e 1883-1899*.

⁹ KRANTZ, Frederick. "George Rudé e 'A outra história'". In: KRANTZ, Frederick (Org.). *A outra história. Ideologia e protestos populares nos séculos XVII e XIX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990, p. 10.

¹⁰ EPI INFO 6. REC. QES. CHK. Version 6.02. A word processing, database and statistics program for epidemiology on microcomputer. DEAN, Andrew G.

et al. DEAN, Jeffrey A. et al. Centers for diseases control and prevention. Atlanta, Georgia, USA, 1994. 3 disks 3.5 pol. DOS.

¹¹ Ética, conforme o professor, pesquisador e médico e ex reitor da UFPel, corresponde à tuberculose. Nos registros de sepultamentos como causa da morte dos homens livres estava anotado *tuberculose*, na causa da morte de homens escravos *lepra*. Essa diferença de nomes para uma mesma doença expressa o preconceito de médicos em relação ao homem escravizado.

¹² CORREIO MERCANTIL, Pelotas. 24 abr. 1877, p.7. Grifo nosso.

¹³ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 5ª ed. rev. e ampl. São Paulo, Ática, 1988, p. 65.

¹⁴ ALGRANDI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis, Vozes, 1988, p. 69.

¹⁵ ZANETTI, Valéria. *Calabouço Urubano: escravos e libertos em Porto Alegre, 1840-1860*. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica, 1994, p. 157.

¹⁶ MATTOSO, Katia. *Bahia, século XIX*. Uma província no Império. 2ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992, p. 537-8.

¹⁷ *Ibid.*, p. 541. Grifo nosso.

¹⁸ *Ibid.*, p. 531.

¹⁹ *Ibid.*, p. 532.

²⁰ COSTA, Maria de Lourdes R. da. *Ekabô! Trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX*. (Dissertação de Mestrado). Salvador. Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal da Bahia, 1989, p. 49.

²¹ *Ibid.*, p. 49-50.

²² REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 197. Citado por COSTA, Maria de Lourdes, obra citada, p. 49.

²³ Museu da Biblioteca Pública Pelotense. V. 658B. Manuscrito. CUNHA, Alberto Coelho. *Cemitérios*, 1901.

²⁴ Museu da Biblioteca Pública Pelotense. V. 510. Manuscrito. *Correspondência do subdelegado de Polícia, Guilherme Rodrigo Corvalho para a Câmara Municipal de Pelotas, 12 de janeiro de 1849*. Grifo nosso.

²⁵ Museu da Biblioteca Pública Pelotense. *Livro de atas da Câmara Municipal de Pelotas: 12/1848-12/1852*.

²⁶ Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. *Livro de atas e ofícios da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas: 1847-1869*.

²⁷ CUNHA, Alberto da Cunha. *Cemitérios*, manuscrito citado.

²⁸ Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. *Regulamento do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas: 1863*.

²⁹ Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. *Livro de registro de enterramentos do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas: 1855-1868*.

³⁰ Museu da Biblioteca Pública Pelotense. V. 619. Manuscrito. CUNHA, Alberto Coelho da. *População do município em 1858, repartida por distrito*.

³¹ Museu da Biblioteca Pública Pelotense. V. 619. Manuscrito. CUNHA, Alberto Coelho da. *População do município por condições, sexo, idade, inclusive freguesia de Baqueirão*.

³² GUTIERREZ, Estér J. B., obra citada, p. 183.

³³ *Loc. cit.*

³⁴ ASSUMIÇÃO, Jorge Fusêbio. *Pelotas: Escravidão e choques de classes (1870-1888)*. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre. Pontifícia Universidade Católica. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1995, p. 152-55.

³⁵ FREITAS, Décia. *Escravidão de índios e negros no Brasil*. Porto Alegre. Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes, 1980, p. 124.

³⁶ GORENDER, obra citada, p. 165-85.

³⁷ SIMÃO, Ana Regina Fulkemberg. *Resistência e acomodação: Aspectos da vida servil em Pelotas*. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre. Pontifícia Universidade Católica. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1993, p. 76-104.

